



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No primeiro semestre de 2019, o Banco Losango registrou lucro líquido no montante de R\$ 77 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 1.749 milhões e Ativos Totais de R\$ 3.607 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada

exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. O lucro líquido do semestre foi integralmente absorvido considerando os prejuízos acumulados de períodos anteriores e portanto não houve distribuição de dividendos pela Instituição.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários a dedicação ao trabalho.

Rio de Janeiro, RJ, 24 de julho de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
CIRCULANTE	2.798.149	2.914.378	CIRCULANTE	1.348.233	1.596.227
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	7.186	6.154	DEPÓSITOS (Nota 12a)	931.167	1.132.913
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 3d e 5a)	644.515	793.735	Depósitos à Vista	16.343	20.940
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	644.515	793.735	Depósitos Interfinanceiros	914.824	1.111.973
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	167.514	198.043
DERIVATIVOS (Notas 3e e 6)	20.839	26.037	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	167.514	198.043
Carteira Própria	-	24.111	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	6.678	-
Vinculados à Prestação de Garantias	-	1.926	Recursos em Trânsito de Terceiros	6.678	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	7.475	8.411	OUTRAS OBRIGAÇÕES	242.874	265.271
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3f e 7)	1.206.266	1.182.821	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.275	1.147
Operações de Crédito - Setor Privado	1.893.820	1.858.824	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	36.315	23.362
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(687.554)	(676.003)	Diversas (Nota 13b)	205.284	240.762
OUTROS CRÉDITOS	900.582	893.429			
Rendas a Receber	-	357	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	510.006	438.173
Diversos (Nota 8)	938.583	941.561	DEPÓSITOS (Nota 12a)	117.336	9.562
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(38.001)	(48.488)	Depósitos Interfinanceiros	117.336	9.562
OUTROS VALORES E BENS	11.286	3.791	OUTRAS OBRIGAÇÕES	392.670	428.611
Despesas Antecipadas	11.286	3.791	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	4.959	4.050
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	794.225	730.710	Diversas (Nota 13b)	387.711	424.561
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Notas 3e e 6)	316	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	1.748.880	1.619.766
Vinculados à Prestação de Garantias	316	-	Capital:		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3f e 7)	266.830	174.610	Capital Social - De Domiciliados no País	1.761.996	1.761.996
Operações de Crédito - Setor Privado	336.907	202.827	Reservas de Capital	1.158	1.158
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(70.077)	(28.217)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(715)	64
OUTROS CRÉDITOS	527.079	547.220	Prejuízos Acumulados	(13.559)	(143.452)
Diversos (Nota 8)	529.599	548.539			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.520)	(1.319)	TOTAL	3.607.119	3.654.166
OUTROS VALORES E BENS	-	8.880			
Despesas Antecipadas	-	8.880			
PERMANENTE	14.745	9.078			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	6.892	7.756			
Imóveis de Uso	1.480	1.481			
Outras Imobilizações de Uso	15.124	14.634			
Depreciações Acumuladas	(9.712)	(8.359)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	7.853	1.322			
Ativos Intangíveis	369.548	362.553			
Amortização Acumulada	(361.695)	(361.231)			
TOTAL	3.607.119	3.654.166			

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	678.821	739.717
Operações de Crédito	657.267	714.347
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	21.554	25.370
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	399.931	368.596
Operações de Captações no Mercado (Nota 12b)	32.451	37.632
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	367.480	330.964
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	278.890	371.121
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(152.227)	(113.728)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	76.893	96.279
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(71.803)	(66.997)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(100.289)	(131.669)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(38.218)	(38.827)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	67.916	137.609
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(86.726)	(110.123)
RESULTADO OPERACIONAL	126.663	257.393
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	237	188
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	126.900	257.581
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(50.188)	(124.830)
Imposto de Renda	(29.347)	(36.824)
Contribuição Social	(18.256)	(29.953)
Ativo Fiscal Diferido	(2.585)	(58.053)
LUCRO LÍQUIDO	76.712	132.751
Número de ações (Nota 14a)	5.368.581	5.368.581
Lucro por ação em R\$ (Nota 14d)	14,29	24,73

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	126.900	257.581
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	367.480	330.964
Reversão de Provisão para Passivos Contingentes	25.632	10.876
Depreciações e Amortizações	913	2.927
Reversão de Provisões	-	(80.655)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	520.925	521.693
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(10.667)	(128.383)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.562)	451
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(26.221)	(26.376)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(480.339)	(343.876)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	17.977	190.345
Aumento/(Redução) em Depósitos	143.182	(21.303)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(69.216)	(90.489)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(44.340)	(53.463)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	48.739	48.599
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Títulos Disponíveis para Venda	(4)	7.278
Aquisição de Imobilizado de Uso	(319)	(230)
Aquisição de Intangível	(3.108)	(2.803)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(3.431)	4.245
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	45.308	52.844
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	42.939	76.310
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	88.247	129.154
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	45.308	52.844

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango ou Instituição), está autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo na prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (de investimento e de crédito, financiamento, investimento, intermediação de negócios) de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Banco Losango, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente aqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco Losango evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis,

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(Prejuízos)/ Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2017	1.761.996	1.158	280	(276.203)	1.487.231
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(216)	-	(216)
Lucro Líquido	-	-	-	132.751	132.751
Saldos em 30.6.2018	1.761.996	1.158	64	(143.452)	1.619.766
Saldos em 31.12.2018	1.761.996	1.158	(711)	(90.271)	1.672.172
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(4)	-	(4)
Lucro Líquido	-	-	-	76.712	76.712
Saldos em 30.6.2019	1.761.996	1.158	(715)	(13.559)	1.748.880

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 24 de julho de 2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco Losango.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da negociação.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando

continua...

...continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11ª andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (Ativo e Passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistema de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Software:** São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

b) Classificação por categorias e prazos

	2019					Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1)	Marcação a mercado	2018
Títulos (3)										
Títulos para negociação (2)	7.884	81	217	12.624	20.806	20.806	-	23.999	-	-
Cotas de fundos	7.884	81	217	12.624	20.806	20.806	-	23.999	-	-
Títulos disponíveis para venda	33	-	-	316	349	322	27	2.038	106	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	316	316	316	-	1.926	-	-
Ações.....	33	-	-	-	33	6	27	112	106	-
Total em 2019	7.917	81	217	12.940	21.155	21.128	27	26.037	106	
Total em 2018	6.600	451	2.125	16.861				26.037	106	

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimentos foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. Do total aplicado no encerramento do semestre R\$ 20.806 mil (2018 - R\$ 23.999 mil) eram em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

Segue abaixo a composição do resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	20.982	24.563
Títulos de renda fixa	570	807
Títulos de renda variável	2	-
Total	21.554	25.370

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Losango não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018.

7) CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Modalidades e prazos

	Curso normal						Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019	%	2018	%
Empréstimos e títulos descontados.....	68.267	17.083	18.019	51.151	98.589	157.945	411.054	21,0	472.549	24,4
Financiamentos	136.045	90.074	86.514	214.266	228.120	76.257	831.276	42,5	777.410	40,1
Subtotal	204.312	107.157	104.533	265.417	326.709	234.202	1.242.330	63,5	1.249.959	64,5
Outros créditos (1).....	300.364	86.094	69.136	129.118	78.989	49.039	712.740	36,5	688.377	35,5
Total em 2019	504.676	193.251	173.669	394.535	405.698	283.241	1.955.070	100,0		
Total em 2018	552.961	197.714	172.276	392.638	435.923	186.824			1.938.336	100,0

	Curso anormal					Total			
	Parcelas vencidas					2019	%	2018	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	(B)	%	(B)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	25.005	108.666	23.456	54.780	70.584	282.491	48,5	239.481	46,4
Financiamentos	48.347	41.273	34.317	79.782	76.455	280.174	48,2	256.034	49,5
Subtotal	73.352	149.939	57.773	134.562	147.039	562.665	96,7	495.515	95,9
Outros créditos (1).....	5.207	3.709	2.499	4.782	3.287	19.484	3,3	21.112	4,1
Total em 2019	78.559	153.648	60.272	139.344	150.326	582.149	100,0		
Total em 2018	75.766	64.324	57.094	147.133	172.310			516.627	100,0

	Curso anormal					Total			
	Parcelas vencidas					2019	%	2018	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	(C)	%	(C)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	10.326	7.614	7.671	23.196	40.023	172.391	37,3	99.590	28,9
Financiamentos	43.076	32.334	29.667	68.638	60.482	253.341	54,9	216.587	62,8
Subtotal	53.402	39.948	37.338	91.834	100.505	425.732	92,2	316.177	91,7
Outros créditos (1).....	4.746	3.885	3.518	7.914	7.888	36.044	7,8	28.934	8,3
Total em 2019	58.148	43.833	40.856	99.748	108.393	461.776	100,0		
Total em 2018	52.001	39.007	36.545	89.643	88.308			345.111	100,0

	Total geral			
	2019	%	2018	%
Empréstimos e títulos descontados.....	865.936	28,9	811.620	29,0
Financiamentos	1.364.791	45,5	1.250.031	44,6
Subtotal	2.230.727	74,4	2.061.651	73,6
Outros créditos (1).....	768.268	25,6	738.423	26,4
Total em 2019	2.998.995	100,0		
Total em 2018			2.800.074	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

continua...



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco										2019		2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
	Em 30 de junho - R\$ mil													
Empréstimos e títulos descontados.....	380	250.718	40.985	144.009	47.450	48.153	33.243	32.475	268.523	865.936	28,9	811.620	29,0	
Financiamentos.....	100	772.038	85.776	77.959	58.310	58.752	46.184	43.838	221.834	1.364.791	45,5	1.250.031	44,6	
Subtotal.....	480	1.022.756	126.761	221.968	105.760	106.905	79.427	76.313	490.357	2.230.727	74,4	2.061.651	73,6	
Outros créditos (1).....	2.332	641.221	33.244	43.659	11.122	6.279	5.204	3.955	21.252	768.268	25,6	738.423	26,4	
Total em 2019.....	2.812	1.663.977	160.005	265.627	116.882	113.184	84.631	80.268	511.609	2.998.995	100,0	2.800.074	100,0	
%.....	0,1	55,5	5,3	8,8	3,9	3,8	2,8	2,7	17,1					
Total em 2018.....	2.163	1.588.113	144.312	209.638	110.824	80.627	89.027	77.314	498.056			2.800.074	100,0	
%.....	0,1	56,7	5,2	7,5	3,7	2,9	3,2	2,9	17,8					

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

c) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

I) Níveis de risco

	Níveis de risco										2019		2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em	% (1)	Total em	% (1)	
	Operações em curso anormal (3)										2019	% (1)	2018	% (1)
Parcelas vincendas.....	-	-	84.469	97.199	53.391	44.406	35.997	30.776	115.538	461.776	100,0	345.112	100,0	
1 a 30.....	-	-	13.217	11.364	5.947	5.044	4.219	3.662	14.695	58.148	12,6	52.002	15,1	
31 a 60.....	-	-	9.012	7.340	4.819	4.317	3.601	3.115	11.629	43.833	9,5	39.007	11,3	
61 a 90.....	-	-	8.275	7.047	4.617	4.095	3.428	2.985	10.409	40.856	8,8	36.545	10,6	
91 a 180.....	-	-	20.395	18.245	12.023	10.542	8.725	7.358	22.460	99.748	21,6	89.643	26,0	
181 a 360.....	-	-	21.728	21.469	13.618	11.414	8.723	7.221	24.220	108.393	23,5	88.309	25,6	
Acima de 360.....	-	-	11.842	31.734	12.367	8.994	7.301	6.435	32.125	110.798	24,0	39.606	11,4	
Parcelas vencidas (2).....	-	-	26.778	37.300	41.074	39.503	42.881	39.916	354.697	582.149	100,0	516.627	100,0	
1 a 14.....	-	-	-	5.686	3.338	1.882	1.565	1.348	5.555	19.374	3,3	16.304	3,2	
15 a 30.....	-	-	26.778	8.171	5.739	3.764	2.681	2.283	9.769	59.185	10,2	59.461	11,5	
31 a 60.....	-	-	-	23.443	9.977	7.956	4.777	3.974	103.521	153.648	26,4	64.324	12,5	
61 a 90.....	-	-	-	-	21.889	8.362	7.458	4.174	18.389	60.272	10,4	57.094	11,1	
91 a 180.....	-	-	-	-	131	17.539	26.400	28.137	67.137	139.344	23,9	147.133	28,4	
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	150.326	150.326	25,8	172.311	33,3	
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal.....	-	-	111.247	134.499	94.465	83.909	78.878	70.692	470.235	1.043.925		861.739		
Provisão específica.....	-	-	1.113	4.035	9.446	25.173	39.439	49.484	470.235	598.925		482.458		

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

	Níveis de risco										2019		2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em	% (1)	Total em	% (1)	
	Operações em curso normal (2)										2019	% (1)	2018	% (1)
Parcelas vincendas.....	2.788	1.632.239	47.731	129.191	21.433	28.379	5.532	9.361	40.374	1.917.028	100,0	1.902.600	100,0	
1 a 30.....	632	418.663	11.489	16.196	3.724	4.160	1.076	1.088	9.606	466.634	23,9	517.225	26,7	
31 a 60.....	385	171.708	4.498	7.319	2.173	2.903	544	637	3.084	193.251	9,9	197.714	10,2	
61 a 90.....	324	154.314	4.034	6.764	1.972	2.618	492	600	2.551	173.669	8,9	172.276	8,9	
91 a 180.....	589	349.031	9.088	17.090	4.581	6.305	1.133	1.565	5.153	394.535	20,2	392.638	20,3	
181 a 360.....	486	340.691	9.172	24.276	5.025	7.208	1.214	2.426	15.200	405.698	20,7	435.924	22,5	
Acima de 360.....	372	197.832	9.450	57.546	3.958	5.185	1.073	3.045	4.780	283.241	14,5	186.823	9,6	
Vencidas até 14 dias.....	24	31.738	1.027	1.937	984	896	221	215	1.000	38.042	1,9	35.736	1,8	
Subtotal.....	2.812	1.663.977	48.758	131.128	22.417	29.275	5.753	9.576	41.374	1.955.070	100,0	1.938.336	100,0	
Provisão genérica.....	-	8.320	488	3.934	2.242	8.782	2.876	6.703	41.374	74.719				
Total geral em 2019.....	2.812	1.663.977	160.005	265.627	116.882	113.184	84.631	80.268	511.609	2.998.995				
Provisão existente.....	-	8.322	1.609	8.445	15.579	87.716	84.613	80.259	511.609	798.152				
Provisão mínima requerida.....	-	8.320	1.601	7.969	11.688	33.955	42.315	56.187	511.609	673.644				
Provisão excedente.....	-	2	8	476	3.891	53.761	42.298	24.072	-	124.508				
Total geral em 2018.....	2.163	1.588.113	144.312	209.638	110.824	80.627	89.027	77.314	498.056			2.800.074		
Provisão existente.....	-	7.943	1.454	6.858	15.602	57.801	89.009	77.306	498.055	754.028				
Provisão mínima requerida.....	-	7.941	1.443	6.289	11.083	24.188	44.513	54.120	498.055	647.632				
Provisão excedente.....	-	2	11	569	4.519	33.613	44.496	23.186	-	106.396				

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e

(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

II) Operação

Exposição	Operação						Total
	Em dia	Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	
Operações de crédito.....	1.748.703	183.377	390.558	97.324	246.203	332.830	2.998.995

d) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				%	Específicas				2019		2018		
		Curso normal	Curso anormal	Total	Vencidas		Vincendas	Genérica	Excedente	Total	%	Total	%		
		Em 30 de junho - R\$ mil													
AA.....		2.812	-	2.812	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.....	0,5	1.663.977	-	1.663.977	55,5	-	-	8.320	2	8.322	1,0	7.943	1,1		
B.....	1,0	48.758	111.247	160.005	5,3	268	845	488	8	1.609	0,2	1.454	0,2		
C.....	3,0	131.128	134.499	265.627	8,9	1.119	2.916	3.934	476	8.445	1,1	6.858	0,9		
Subtotal.....		1.846.675	245.746	2.092.421	69,8	1.387	3.761	12.742	486	18.376	2,3	16.255	2,2		
D.....	10,0	22.417	94.465	116.882	3,9	4.107	5.339	2.242	3.891	15.579	2,0	15.602	2,1		
E.....	30,0	29.275	83.909	113.184	3,8	11.851	13.322	8.782	53.761	87.716	11,0	57.801	7,7		
F.....	50,0	5.753	78.878	84.631	2,8	21.441	17.998	2.876	42.298	84.613	10,6	89.009	11,8		
G.....	70,0	9.576	70.692	80.268	2,7	27.941	21.543	6.703	24.072	80.259	10,1	77.306	10,2		
H.....	100,0	41.374	470.235	511.609	17,1	354.697	115.538	41.374	-	511.609	64,0	498.055	66,0		
Subtotal.....		108.395	798.179	906.574	30,2	420.037	173.740	61.977	124.022	779.776	97,7	737.773	97,8		
Total em 2019.....		1.955.070	1.043.925	2.998.995	100,0	421.424	177.501	74.719	124.508	798.152					
%.....		65,2	34,8	100,0		52,8	22,2	9,4	15,6		100,0				
Total em 2018.....		1.938.336	861.738	2.800.074		355.234	127.224	165.174	106.396			754.028			
%.....		69,2	30,8	100,0		47,1	16,9	21,9					100,0		

e) Concentração das operações de crédito

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2019	% (1)	2018	% (1)
Maior cliente.....	86.267	2,9	86.267	3,1
10 maiores devedores.....	139.235	4,6	127.125	4,5
50 maiores devedores.....	143.81			

...continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

pósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II. Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III. Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Destacamos as teses:

- IRPJ/CSLL - Trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da Contribuição social sobre Lucro Líquido (Lei nº 8.981/95, artigos 42 e 58) no montante de R\$ 62.795 mil (2018 - R\$ 61.642 mil); e
- PIS - Base de cálculo - EC 10/96 e EC 17/97 - Pleiteia calcular e recolher o PIS nos períodos de Junho/96 a Junho/97 e Fevereiro/98 a Dezembro/99, conforme LC 7/70, no montante de R\$ 17.511 mil (2018 - R\$ 16.958 mil).

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Losango são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV. Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias
Saldo em 31 de dezembro de 2018	88.599	22.180	101.643
Constituições líquidas de reversões	1.192	20.998	(16)
Atualização monetária	1.228	1.066	1.164
Pagamentos	(7.824)	(21.017)	-
Saldo em 30 de junho de 2019	83.195	23.227	102.791

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 30 de junho de 2019, R\$ 36.793 mil (2018 - R\$ 37.635 mil) para os processos cíveis e R\$ 253.309 mil (2018 - R\$ 233.057 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- IRPJ/CSLL - Autuação fiscal sem considerar os pagamentos postergados do tributo, relativa à trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais (Lei nº 8.981/95, artigo 42), no montante de R\$ 84.690 mil (2018 - R\$ 82.814 mil);
- Glosa de compensação de créditos de PIS e COFINS lançada após o trânsito em julgado favorável em processo judicial que discutiu a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as decorrentes do faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 77.238 mil (2018 - R\$ 74.264 mil); e
- Trata-se de discussão sobre a negativa de compensação relativa a crédito decorrente da exigência de CPMF sobre o financiamento das operações de *leasing* de empresa incorporada, apesar da equiparação desta as instituições financeiras, no montante de R\$ 32.969 mil (2018 - R\$ 32.627 mil).

12) DEPÓSITOS

a) Composição:

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019	2018
Depósitos:						
- À vista	16.343	-	-	-	16.343	20.940
- Interfinanceiros	152.372	524.409	238.043	117.336	1.032.160	1.121.535
Total em 2019	168.715	524.409	238.043	117.336	1.048.503	
%	16,1	50,0	22,7	11,2	100,0	
Total em 2018	1.097.223	25.961	9.729	9.562	1.142.475	
%	96,0	2,3	0,9	0,8	100,0	

b) Despesas com operações de captação do mercado

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Depósitos interfinanceiros	32.439	37.619
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	12	13
Total	32.451	37.632

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	23.846	9.520
Impostos e contribuições a recolher	10.349	12.125
Provisão para tributos diferidos (Nota 22c)	7.079	5.767
Total	41.274	27.412

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Lojistas a pagar (1)	229.283	205.340
Provisões fiscais	102.791	100.463
Provisões trabalhistas	83.195	99.441
Valores a pagar - cartão de crédito	49.494	114.032
Provisão para pagamentos a efetuar	31.842	36.426
Provisões cíveis	23.227	19.976
Credores diversos	16.972	14.942
Provisão para benefícios trabalhistas	11.315	8.981
Valores a pagar a empresas ligadas	1.404	1.265
Outros	43.472	64.457
Total	592.995	665.323

(1) Referem-se, substancialmente, a contas a pagar aos estabelecimentos comerciais, pelas transações efetuadas com os cartões emitidos pelo Banco Losango.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 1.761.996 mil (2018 - R\$ 1.761.996 mil) é representado por 5.368.581 (2018 - 5.368.581) ações ordinárias e preferenciais, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

A Reserva Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal de 2019, foi utilizada para absorver os prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Reserva Estatutária visa a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Em 2019 não houve destinação de lucros, uma vez que o lucro líquido do período no montante de R\$ 76.712 mil (2018 - R\$ 132.751 mil) foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de Ações.

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Rendas de tarifas bancárias	55.783	67.318
Rendas de serviços prestados a ligadas	16.733	16.815
Rendas de outros serviços	4.323	12.093
Rendas de serviços diferenciados - PF	54	53
Total	76.893	96.279

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Proventos	31.018	27.451
Benefícios	17.347	21.154
Encargos sociais	13.098	12.018
Participação dos empregados nos lucros	7.031	6.040
Provisões trabalhistas	2.420	-
Despesas de remuneração de estagiários	618	-
Treinamento	271	334
Total	71.803	66.997

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Serviços de terceiros	42.799	49.943
Processamento de dados	18.003	14.468
Propaganda e publicidade	8.215	9.345
Aluguéis	7.467	7.567
Comunicações	6.718	12.691
Serviços técnicos especializados	6.139	23.901
Transportes e viagens	5.665	3.967
Manutenção e conservação de bens	1.524	2.212
Depreciação e amortização	913	2.927
Água, energia e gás	842	815
Serviços do sistema financeiro	379	393
Materiais	179	373
Outras	1.446	3.067
Total	100.289	131.669

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Contribuição à Cofins	29.100	29.387
Contribuição ao PIS	4.729	4.775
Impostos sobre serviços - ISS	3.726	4.154
Outras	663	511
Total	38.218	38.827

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Rendas de créditos específicos	46.603	30.229
Reversão de provisões operacionais	16.174	92.088
Atualização monetária de depósitos judiciais	4.530	4.771
Recuperação de encargos e despesas	122	3.663
Outras	487	6.858
Total	67.916	137.609

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Descontos concedidos	27.422	21.128
Provisões cíveis	22.064	11.830
Despesas de operações com cartões de crédito	18.001	28.590
<i>Profit share</i> - cartões	14.660	17.578
Perdas operacionais	2.920	20.999
Provisões fiscais e previdenciárias	1.148	-
Outras	511	9.998
Total	86.726	110.123

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As divulgações das transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas na *site* de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	2019	2018	2019	2018
Ativos				
Disponibilidades	6.920	5.261	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	644.516	793.735	-	-
Valores a receber de sociedades ligadas	47	134	-	-
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	1.032.160	1.121.535	-	-
Outros passivos	3.642	4.822	72.761	109.460

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	2019	2018	2019	2018
Receitas de intermediação financeira	20.982	24.563	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	16.733	16.815
Despesas de intermediação financeira	(32.439)	(37.619)	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	(125)	(128)	(315)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o estatuto; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta aos Administradores, dentro do Plano de Previdência aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2019 foi determinado o valor máximo de R\$ 5.067 mil (2018 - R\$ 8.286 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 3.049 mil (2018 - R\$ 6.920 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data do pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Proventos	4.002	486
Total	4.002	486

Benefícios pós-emprego

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.717	1.002
Total	1.717	1.002

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	126.900	257.581
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	(50.760)	(115.911)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Receitas não tributáveis líquidas de despesas indedutíveis	(315)	(1.736)
Outros valores (1)	887	(7.183)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(50.188)	(124.830)

(1) Inclui, basicamente: (i) a diferença entre alíquota da Contribuição Social corrente e Diferida; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição das contas de resultado com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(48.090)	(66.777)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período, sobre adições temporárias	18.260	(23.429)
Base negativa de contribuição social	(7.634)	(18.577)
Prejuízo fiscal	(12.724)	(16.047)
Total dos ativos fiscais diferidos	(2.098)	(58.053)
Imposto de renda e contribuição social do período	(50.188)	(124.830)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldos em 31.12.2018	Constituição	Realização	Saldos em 30.6.2019
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	176.188	34.313	(8.848)	201.653
Provisões cíveis	10.177	5.112	(5.999)	9.290
Provisões fiscais	36.61			

...continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	R\$ mil		R\$ mil	R\$ mil
	Saldos em 31.12.2018	Constituição		
Prejuízo Fiscal/Base Negativa de Contribuição Social.....	70.780	-	(20.358)	50.422
Subtotal	419.654	50.165	(52.263)	417.556
Ajuste de avaliação atuarial.....	486	-	(486)	-
Total dos créditos tributários (Notas 3g e 8)	420.140	50.165	(52.749)	417.556
Obrigações fiscais diferidas (Nota 13a)...	5.973	1.122	(16)	7.079
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	414.167	49.043	(52.733)	410.477

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, e base negativa de contribuição social

Em 30 de junho - R\$ mil

Ano	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2019.....	74.532	44.719	9.121	19.863	148.235
2020.....	81.201	48.721	-	-	129.922
2021.....	9.909	5.946	-	-	15.855
2022.....	533	319	-	-	852
2023.....	63.284	37.970	14.564	6.874	122.692
Total	229.459	137.675	23.685	26.737	417.556

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 30 de junho de 2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 401.865 mil (2018 - R\$ 447.328 mil), sendo R\$ 353.597 mil (2018 - R\$ 365.816 mil) de diferenças temporárias; R\$ 48.268 mil (2018 - R\$ 81.512 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do Banco Losango foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 7.079 mil (2018 - R\$ 5.767 mil) relativas a ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 13 mil (2018 - R\$ 42 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 7.066 mil (2018 - R\$ 5.725 mil).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Benefícios a empregados

O Banco Losango mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio dos planos Losango Básico, Losango Suplementar e Losango Prevmais. As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente da avaliação atuarial do plano, com base no CPC 33 (R1).

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de junho de 2019, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); e
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2019.

A DIRETORIA

Vinícius Panaro – Contador – CRC 1SP324844/O-6 S - RJ

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/FCarlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Seis em cada dez internautas fizeram compras por aplicativo

Os brasileiros vêm se rendendo, cada vez mais, às compras de produtos e serviços por meio de smartphones. É o que aponta estudo realizado em todas as capitais pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). Só nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa, seis em cada 10 (61%) internautas fizeram alguma compra usando aplicativos de lojas.

Para os entrevistados, a facilidade de acesso é o que mais estimula a comprar via aplicativo (52%), uma vez que a aquisição pode ser realizada pelo próprio celular, de qualquer lugar. Outras razões apontadas são praticidade e rapidez (46%), oferta de produtos ou serviços com melhores preços (41%), além da possibilidade de organizar as compras de acordo com interesses e gosto pessoal (26%).

Quanto aos produtos mais comprados pelos internautas via aplicativos de loja nesse período, os eletrônicos e itens de informática (39%) lideram o ranking - percentual que chega a 50% entre os homens. Em seguida aparecem contratação de serviços de transporte particular

(37%), vestuário (32%), itens para casa (31%) e pedidos de comidas ou bebidas por delivery (26%).

“A economia em torno da indústria dos aplicativos deverá crescer de forma exponencial nos próximos anos e o varejo precisa estar de olho nessa tendência, principalmente diante desse novo cenário em que a preferência dos consumidores por apps de lojas vem aumentando. É o momento de as marcas construir relacionamentos mais próximos a seus clientes e entenderem melhor sobre seus hábitos de consumo, suas necessidades e preferências”, analisa o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Júnior.

Outra tendência que vem sendo percebida é o peso das redes sociais na decisão de compra dos brasileiros. Impactados pelos anúncios de grandes varejistas e até mesmo pequenas lojas, um terço dos entrevistados (33%) disse ter adquirido produtos e serviços pelas redes sociais nos últimos 12 meses anteriores à realização da pesquisa. Entre as principais razões, destacam-se rapidez e praticidade (37%), grande volume de ofertas e promoções vindas

dos lojistas (36%), preços mais atrativos em relação ao mercado (32%) e melhor interação com o canal de atendimento dos anunciantes (28%).

A pesquisa também mostra que os itens de vestuário (37%) foram os mais adquiridos pelas redes sociais, percentual que chega a 44% entre as mulheres. Já os eletrônicos e produtos de informática (27%) ficaram em segundo lugar no ranking, empatados com os pedidos de comida e bebida por delivery (27%). Na sequência aparecem os cosméticos, perfumes e produtos para cabelo (26%), além de itens para a casa (26%), como eletrodomésticos, decoração, cama, mesa e banho.

“O consumidor quer ter acesso a canais de compra que permitam escolher o que for mais conveniente. Isso significa que o varejo precisa continuar desenvolvendo experiências que atraiam os consumidores e promovam o engajamento. Ou seja, é fundamental reduzir cada vez mais a distância entre o varejo físico e comércio online”, afirma Pellizzaro Júnior.

Aplicativo com maior número de usuários no país, o WhatsApp extrapola a comunicação pessoal

e em grupo. Dados do levantamento revelam que em cada 10 consumidores entrevistados, dois (18%) realizaram alguma compra pelo aplicativo nos 12 meses anteriores à pesquisa. Por outro lado, 82% não fizeram nenhuma compra neste período. Entre os motivos pelos quais utilizaram o WhatsApp para consumo, 40% afirmaram que o processo é mais fácil e rápido se comparado com as transações feitas pessoalmente ou por telefone. Já 35% gostam da facilidade em acessar o histórico das informações armazenadas e 26% mencionam a possibilidade de receber imagem e vídeos dos produtos e serviços.

Ainda considerando os que usaram o aplicativo para compras, 54% destacam o retorno rápido na maioria das vezes em que se comunicaram com a loja ou o prestador de serviços. Apesar disso, enquanto 20% não obtiveram nenhum tipo de resposta, outros 20% garantem que na maioria das vezes o retorno foi demorado e apenas 6% ficaram sem nenhum retorno por diversos momentos.

No geral, 78% dos consumidores ouvidos acredi-

tam que o WhatsApp é uma boa forma de as empresas se comunicarem com clientes, principalmente para tirar dúvidas ou receber suporte técnico (58%), agendar horários de atendimento (35%), enviar promoções (31%) e comprar produtos ou serviços (20%).

Dentre os consumidores que não fizeram uso do WhatsApp para comprar ou trocar informações com lojas e vendedores, a principal justificativa mencionada é o fato de sempre terem conseguido resolver o que precisava no site ou aplicativo da empresa (41%). Já 32% afirmam não gostar de ser incomodados por empresas, já que a ferramenta é adotada apenas para uso pessoal, e 24% não confiam no WhatsApp por terem medo de sofrer golpes.

Ao reunir diversas lojas em um único lugar, uma espécie de shopping-center virtual, os marketplaces se transformaram em uma boa alternativa de compras para os consumidores digitais. De acordo com a pesquisa, nove em cada 10 (91%) internautas reconhecem vantagens de comprar nesse tipo de comércio online. Os principais benefícios citados são maior variedade

de produtos (48%), melhor preço (47%), maior disponibilidade dos produtos (43%), frete mais barato (31%) e garantia de solução em caso de problema com lojista ou produto (27%). Em contrapartida, 9% não veem vantagem em comprar em marketplaces.

Por fim, entre os consumidores que afirmaram conhecer empresas de entrega sob demanda por aplicativos, 66% disseram já ter comprado pelos apps em seu dia a dia, enquanto 34% ainda não. Para os que costumam contratar esses serviços, a maioria (90%) usou para compra de comida delivery. Outros 18% adquiriram itens de farmácia, supermercado e petshop, enquanto 7% solicitaram busca ou entrega de documentos.

A pesquisa ouviu 904 consumidores em um primeiro levantamento para identificar o percentual de pessoas que compraram pela internet nos últimos 12 meses. Em seguida, continuaram a responder o questionário 800 consumidores que fizeram alguma compra ao longo deste período. A margem de erro é de 3,3 p.p no primeiro caso e 3,5 p.p no segundo, para um intervalo de confiança a 95%.